



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901  
Telefone: (51) 3220-4119 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

## CONTRATO Nº 802

Processo nº 135.00006/2020-95

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, com sede nesta Capital, na Av. Loureiro da Silva, 255, Município de Porto Alegre, RS, inscrita no CNPJ sob o nº 89.522.437/0001-07, neste instrumento designada CONTRATANTE, representada por seu presidente, vereador REGINALDO DA LUZ PUJOL, CPF nº 012.070.240-15, e a empresa DLM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. – ME, sita na Av. Assis Brasil, 6186, sala 612, Bairro Sarandi, Município de Porto Alegre, RS, inscrita no CNPJ nº 01.313.511/0001-26, neste ato representada por seu sócio-diretor, senhor Daniel José Lenhard, CPF nº 556.833.390-49, doravante designada CONTRATADA, ajustam entre si a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos *nobreaks*, iluminação de emergência e módulos de baterias, incluindo configuração, utilização de todos os *softwares* e os materiais necessários (excetuando baterias) ao funcionamento adequado para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Porto Alegre, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, do Edital de Pregão Eletrônico nº 31/2020 e do Processo SEI nº 135.00006/2020-95, mediante as seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos *nobreaks*, iluminação de emergência e módulos de baterias, incluindo configuração, utilização de todos os *softwares* e os materiais necessários (excetuando baterias) ao funcionamento adequado para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Porto Alegre.

**1.2.** A prestação dos serviços objeto do presente contrato terá início a contar do recebimento da autorização de serviço emitida pela CONTRATANTE.

### CLÁUSULA SEGUNDA – BASES DO CONTRATO.

**2.1.** Integram o presente Contrato os seguintes documentos, cujos termos, condições e obrigações, independentemente de transcrição, vinculam e obrigam as partes:

1. Edital do Pregão Eletrônico nº 31/2020 e seus Anexos; e
2. Proposta da CONTRATADA.

**2.2.** Este Contrato é regido pelas normas da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e alterações posteriores, e demais preceitos legais aplicáveis.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**

Sem prejuízo das demais obrigações legais e disposições deste contrato, obriga-se a CONTRATADA:

**3.1.** a prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos *nobreaks*, iluminação de emergência e módulos de baterias, incluindo configuração, utilização de todos os *softwares* e os materiais necessários (excetuando baterias) ao funcionamento adequado para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Porto Alegre. na forma, prazos, especificações e condições previstas no respectivo Edital, seus anexos, e no presente instrumento;

**3.2.** a prestar os serviços objeto do presente contrato de acordo com as normas técnicas e regulamentos aplicáveis, e a cumprir com todas as obrigações legais trabalhistas, previdenciárias, de segurança do trabalho, fiscais, comerciais, de posturas e ambientais porventura incidentes a tal prestação;

**3.3.** a indicar e manter preposto para responder pelo cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato perante a CONTRATANTE;

**3.4.** a cumprir e fazer cumprir todas as leis, normas, regulamentos, determinações e posturas expedidos pelos Órgãos Técnicos competentes, estaduais, federais, municipais e pela CONTRATANTE, porventura incidentes sobre a prestação de serviços objeto da contratação, responsabilizando-se única e exclusivamente por quaisquer prejuízos e perdas e danos decorrentes de infrações a que der causa;

**3.5.** a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**3.6.** a apresentar durante a execução do contrato, sempre que requerido pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas do recebimento da solicitação, documentos comprobatórios do cumprimento da legislação em vigor em relação às obrigações decorrentes da presente contratação, em especial ônus e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

**3.7.** a não subcontratar ou não transferir a outrem as obrigações assumidas neste contrato sem prévia e formal autorização da CONTRATANTE.

**3.8.** a responsabilizar-se:

**3.8.1.** por infração ou descumprimento das cláusulas deste Contrato;

**3.8.2.** pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, com isenção da CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades em relação aos mesmos;

**3.8.3.** pelas perdas e danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços objeto do presente contrato, com isenção da CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades em relação aos mesmos;

**3.8.4.** por todo e qualquer risco e infortúnio de trabalho decorrente da execução do objeto deste contrato, com isenção da CONTRATANTE de qualquer responsabilidade relativa aos mesmos;

**3.8.5** pela guarda e pela conservação dos equipamentos que forem depositados consigo para manutenção;

**3.9.** a dar ciência, à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência.

### **CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Obriga-se a CONTRATANTE a:

**4.1.** efetuar o pagamento dos serviços realizados no prazo e condições estabelecidas na Cláusula Sexta deste Contrato;

**4.2.** acompanhar e fiscalizar, através da Unitel, a perfeita execução do contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E PRAZO**

**5.1.** O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá prazo de duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e alterações posteriores.

**5.2.** Em caso de prorrogação, o preço poderá ser reajustado para fins de correção monetária com base na variação do IPCA, no período anterior de vigência.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento será em até 10 (dez) dias úteis contados do ateste da execução do serviço pelo fiscal do contrato e entrega da respectiva NOTA FISCAL/FATURA, conforme disposições da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e alterações posteriores.

**6.2.** Para o caso de faturas incorretas, a CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para devolução à CONTRATADA, passando a contar novo prazo de pagamento de 10 (dez) dias úteis, após a entrega da nova NOTA FISCAL/FATURA.

**6.3.** Não serão considerados, para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da CONTRATADA que importem no prolongamento dos prazos previstos neste contrato e oferecidos nas propostas.

**6.4.** A CONTRATANTE procederá à retenção de tributos porventura incidentes sobre a prestação de serviços objeto da contratação (INSS, ISS e IRF, etc.) nos termos da legislação em vigor, obrigando-se a CONTRATADA a discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente a tais tributos.

**6.5.** A CONTRATADA obriga-se a apresentar, juntamente com a NOTA FISCAL/FATURA os comprovantes de regularidade perante a Justiça do Trabalho e o FGTS, bem como comprovante de regularidade perante as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal.

**6.6.** Em caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, as partes convencionam que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 / 100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	----------------------	--

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

**7.1.** A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da CONTRATANTE, através do servidor Paulo Rogerio Aumond, Chefe de Unidade Técnica de Manutenção Elétrica e Telefônica.

**7.2.** A Fiscalização exercida pela CONTRATANTE não implica corresponsabilidade pela execução dos serviços e não exime a CONTRATADA de suas obrigações para perfeita execução do objeto do Contrato.

**7.3.** Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA OITAVA– DAS PENALIDADES**

A CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e alterações posteriores, art. 86 e seguintes, e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002:

**8.1.** advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

**8.2.** multa:

**8.2.1.** de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de inadimplência, calculada sobre o valor total da contratação, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na execução da prestação objeto do contrato;

**8.2.2.** de 05% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, em caso de inexecução parcial ou total;

**8.2.3.** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus.

**8.2.4.** A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor do contrato atualizado, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

**8.3.** suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE por até 2 (dois) anos;

**8.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**8.5.** As sanções estabelecidas nos itens 8.2 a 8.4 poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme o caso.

## **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

O descumprimento por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais ou contratuais assegura à CONTRATANTE o direito de rescindir o Contrato, nos casos e formas dos arts. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e alterações posteriores, sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR DO CONTRATO E DOTAÇÃO**

**10.1.** O valor mensal do presente contrato é de R\$ 699,91 (seiscentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos), e o valor total para o período de 12 meses é de R\$ 8.398,92 (oito mil, trezentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos) no qual já se encontram incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, materiais de consumo, seguro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

**10.2.** O valor deste Contrato não terá reajuste durante o período de sua vigência.

**10.3.** A despesa decorrente deste Contrato correrá à conta da dotação orçamentária da CONTRATADA sob os códigos CG 3390.39.17.01.00 – Serviço de Instalação, Transporte e Conservação de Bens Móveis e Máquinas; e CG 3390.30.26.00.00 – Material Elétrico e Eletrônico, Atividade Legislativa 2001.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO FORO

Para dirimir eventuais litígios na execução deste Contrato, fica eleito e convencionado o foro da comarca de Porto Alegre, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam eletronicamente o presente instrumento.



Documento assinado eletronicamente por **Reginaldo da Luz Pujol, Presidente**, em 15/12/2020, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL JOSE LENHARD, Usuário Externo**, em 13/01/2021, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0189382** e o código CRC **81777186**.